

Proposta 176. Propor emenda à Lei Complementar Nº 255, de 11 de julho de 2018, devolvendo ao Fundo de Defesa do Meio Ambiente a sua função inicial, sem permitir que o dinheiro da conservação seja utilizado para reformas urbanas e para custeio de material da SEUMA.

Proposta 177. Fiscalizar e cobrar transparência da PMF sobre os recursos e investimentos do FUNDEMA – Fundo de Defesa do Meio Ambiente.

Proposta 178. Propor emenda à Lei Complementar Nº 255, de 11 de julho de 2018, obrigando um montante do FUNDEMA a ser investido especificamente para as unidades de conservação municipais.

Proposta 179. Defender que o Zoológico Municipal Sargento Prata seja convertido, adaptado ou expandido em um Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres, otimizando a estrutura também para a educação ambiental e solucionando um problema profundo de desamparo para a fauna silvestre que existe hoje em Fortaleza.

Proposta 180. Defender a construção de um Centro de Apoio (quarentenário) para as tartarugas resgatadas em Fortaleza, equipado com tanques, estrutura veterinária, profissionais da biologia e da veterinária contratados e espaço para educação ambiental.

Proposta 181. Indicar a criação de uma coordenadoria da SEUMA responsável pela implementação da gestão das UCs, hoje abandonadas, aplicando o plano de manejo e integrando a participação do conselho gestor.

Proposta 182. Cobrar intensamente da PMF a elaboração dos planos de manejo para todas as unidades de conservação municipais, com seus respectivos conselhos gestores nomeados e atuantes.

Proposta 183. Cobrar da PMF a elaboração dos inventários faunístico e florístico do município, rica ferramenta de educação ambiental e fomento de pesquisas, hoje negligenciado e inexistente.

Proposta 184. Defender a criação de uma Gestão Pública de Brigadistas de Fortaleza dentro da Prefeitura: Criação do “CGDCM: Conselho Gestor da Brigada Civil Municipal para Controle de Desmatamento e Queimadas” que deverá:

- Trabalhar em união ao Corpo de Bombeiros do Estado e ao IBAMA;
- Regular a gestão de equipamentos de EPI e de combate a incêndios que auxiliem os brigadistas;
- Distribuir equipamentos aos recém-formados brigadistas para combate a incêndios florestais;
- Distribuir bolsas para o Curso de Formação de Brigadas de Combate a Incêndios Florestais - Para Brigadas Voluntárias - Direcionado ao público interessado de baixa renda, ou em perigo social, para ex-presidiários ou menores apreendidos, juventude negra e indígena;
- Gerenciar e regular da criação de “Bases de Apoio” (pequenos depósitos) em áreas de preservação ambiental ou próximo à essas áreas sujeitas à queimadas. Nessas bases de apoio haveria equipamentos que auxiliam os brigadistas no combate aos incêndios;

- Oferecer o direito à garantia de 2 folgas ao trabalho regular de um brigadista voluntário caso ele seja convocado para alguma ação: uma para o dia de ação e outra para descanso;

Regular o sistema de gratificação aos Brigadistas Voluntários: Apesar de não receberem remuneração, seria útil e relevante que estes fossem gratificados de outras formas para que exista incentivo e motivação em exercer a função de forma voluntária. Algumas formas poderão ser: Isenções fiscais (redução de algumas taxas) nas contas de água ou luz; Oferecimento de incentivos culturais e sociais (Vale-cultura / Vale Cesta-básica); Isenções fiscais/redução de algumas taxas de impostos como IPTU ou IPVA e emissão de certificados de prestação de serviço à sociedade e à natureza.

Proposta 185. Lançamento de campanha “agosto cinza” de prevenção ao incêndio e queimadas no período da seca. A indicação dessa campanha deve ser feita à PMF, mas também deve ser mobilizada junto a ONGs e instituições privadas, buscando a maior capilaridade e efetividade na prevenção aos incêndios nos períodos de agosto a dezembro.

Proposta 186. Defender a “Solarização Comunitária” com a indicação de programas e pacotes de incentivo para microgeração de energia solar a partir da instalação de módulos fotovoltaicos em conjuntos habitacionais, centros comunitários e domicílios, esses últimos podendo ser agrupados para compartilhar um mesmo conversor. Essa iniciativa garantirá economia e sustentabilidade para comunidades em situação de vulnerabilidade.

Proposta 187. Defender e articular a instalação de módulos fotovoltaicas em todos os prédios públicos em que haja viabilidade, visando a autossuficiência energética integral desses órgãos;

Proposta 188. Defender a criação da Unidade de Conservação Estadual da Lagoa da Precabura, e, caso não haja interesse por parte do Estado, apresentar projeto de lei municipal criando a UC municipal da Lagoa da Precabura em Fortaleza e fazer gestões junto ao município de Eusébio para que esse município vizinho crie unidade de conservação análoga na área da lagoa e do seu entorno que esteja dentro da poligonal do Eusébio, de forma a proteger definitivamente a maior lagoa de Fortaleza.

Proposta 189. Propor a Lei de Proteção à fauna e flora nativa, desestimulando a presença de espécies exóticas em unidades de conservação, Zonas de Preservação Ambiental e demais áreas vegetadas de relevância para a manutenção da fauna e da flora de Fortaleza.

Proposta 190. Propor o tombamento do Gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*) como patrimônio natural de Fortaleza, considerando a presença desse animal ameaçado de extinção no município e o grave cenário de devastação do seu habitat.

Proposta 191. Propor o “Dia da Fauna Nativa” para ser inserido no calendário municipal e chamar atenção da cidade para a importância de protegermos as nossas espécies de animais nativos.

Proposta 192. Propor a criação da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre das Tartarugas de Fortaleza, abrangendo área desde a faixa de areia em que as tartarugas desovam no município até o Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio, objetivando garantir a

proteção do território dessas espécies ameaçadas de extinção.

Proposta 193. Apoiar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a criação da Unidade de Conservação do Parque das Dunas do Cocó da campanha "Fortaleza pelas Dunas".

Proposta 194. Propor a criação legal de corredores verdes no município, conectando as unidades de conservação com uma "teia verde" na cidade.

Proposta 195. Propor a criação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs) em todos os campos de dunas remanescentes ainda não protegidos pela poligonal do Parque Estadual do Cocó ou do Parque Natural Municipal de Dunas da Sabiaguaba.

Proposta 196. Propor, no debate da revisão do Plano Diretor de Fortaleza, a criação de Zona de Preservação Ambiental na ARIE das Dunas do Cocó, as Dunas da Cidade 2000, as Dunas da Praia do Futuro e as dunas da Sabiaguaba ainda sem proteção de unidades de conservação

Proposta 197. Defender a gestão dos canais hídricos que conectam as lagoas e os açudes, como na comunidade da Bela Vista, em que há uma situação de conversão dos canais em esgoto. Junto à PMF, trabalhar objetivando dar vida e saúde mais uma vez a esses sistemas.

Proposta 198. Propor a Lei Lagoa Verde para estabelecer coeficiente de arborização proporcional ao perímetro das lagoas.

Proposta 199. Propor a Lei Lagoa Azul, imputando multa severa para infrações administrativas ambientais quando estas impactarem lagoas no município de Fortaleza.

Proposta 200. Propor a Lei dos Riachos para imputar multa severa para infrações administrativas ambientais quando estas ocorrerem impactando negativamente algum riacho de Fortaleza

Proposta 201. Defender o retorno da balneabilidade das lagoas objetivando devolver o banho de lagoa ao fortalezense como política de preservação e valorização das lagoas.